

TASK FORCE FIGURINO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DIGITAL

Relatório Intermédio

Enquadrado com os Termos de Referência e com o Programa do Governo
da IX Legislatura



Editores: Carlos Monteiro
Valdemar Monteiro

15/08/2016

Task Force Economia Digital

Carlos Monteiro	Coordenador (CV Móvel)
Antão Chantre	Vogal (SISP)
João da Luz	Vogal (ANAC)
Vladimir Fonseca	Vogal (MEE)
César Silva	Vogal (Empresário TICs)
José Moreno	Vogal (Empresário TICs)
Arlinda Peixoto	Vogal (Empresário TICs)
Emanuel Barbosa	Vogal (Empresa IT)
Selma Neves	Vogal (NOSi)
Ailton Tolentino	Vogal (AJEC)
Valdemar Monteiro	Vogal (Consultor, IT Aveiro)

Índice

1. Sumário	4
2. Introdução e situação atual.....	5
2.1. Promoção Empresarial e Ambiente de Negócios.....	5
2.2. Infraestruturação do País a nível das TICs	5
2.3. Capacitação Técnica dos Recursos Humanos.....	6
2.4. Quadro Legislativo.....	6
2.5. Observatório Nacional para a Sociedade da Informação.....	6
3. Soluções Propostas	7
3.1. Promoção Empresarial e Ambiente de Negócios.....	8
Nova abordagem do cliente Estado na procura de Serviços.....	8
3.2. Infraestruturação do País a nível das TICs	9
3.2.1. Banda Larga como Bem Essencial	10
3.2.2. IXP Nacional.....	10
3.2.3. Centro Nacional de Cibersegurança	12
3.3. Capacitação Técnica dos Recursos Humanos.....	12
3.4. Quadro legislativo	13
3.5. Observatório Nacional para a Sociedade de Informação.....	13
4. O novo figurino para a Economia Digital.....	15
Descrição das competências do Organismo Governamental para a ED	15
Referências.....	17
Anexos – Atas/Memo de Reuniões	18

1. Sumário

Este documento descreve a proposta de um figurino para a promoção e desenvolvimento da Economia Digital no país, alinhado com programa do Governo. O figurino que propomos para uma Economia Digital Sustentada, assenta-se em 5 grandes focos: *i) Promoção empresarial e ambiente de negócios; ii) Infraestruturação do país para o acesso real e universal 'a banda larga; iii) Capacitação técnica e contínua dos recursos humanos; iv) Quadro legislativo; e, v) Observatório nacional para Sociedade da Informação*

As medidas descritas neste figurino representam a proposta de um plano ambicioso para o país, e resultam de uma análise detalhada da situação TICs nos países de referência, de resultados de encontros com atores institucionais e partes interessadas nacionais e da análise documental detalhada de entidades competentes e sob direção do MEE.

O documento encontra-se estruturado como se descreve a seguir. Após apresentação de um panorama atual da economia digital, propomos um quadro de soluções que criam as condições para vocacionar efetivamente o país para uma economia digital. A nível de negócios sugere-se uma serie de medidas que promove a criação de empresas e emprego, bem como a promoção de empresas existentes. A nível da infraestruturação, sugerem-se medidas para que tenhamos de facto banda larga como bem essencial. Propomos igualmente a criação de um centro de cibersegurança, uma preocupação dos técnicos da Banca e entidades relacionadas com o comércio eletrónico. Estendeu-se este trabalho com uma tentativa de alinhamento com um quadro legal e estruturas e serviços do MEE.

2. Introdução e situação atual

Este “*Figurino para a Promoção e Desenvolvimento da Economia Digital*”, tem como base o “Termo de Referencia” emitida pelo Gabinete do Ministro da Economia, para a promoção e desenvolvimento da Economia Digital (ED) e das Tecnologias de Informação e Comunicação em Cabo Verde [1] e o Programa do Governo [2] concernente ao sector.

Identificou-se cinco áreas em que a referida Promoção e Desenvolvimento devera focar para que o país tenha uma economia diversificada, também voltada para as TICs, aliás, em conformidade com o que existe em países de referência no sector.

Essas áreas (ou focos), por ordem de prioridade, são:

- a) **Promoção Empresarial e Ambiente de Negócios** a nível das TICs
- b) **Infraestruturação do País a nível das TICs** (ou sua implementação efetiva ao serviço das empresas e da população)
- c) **Capacitação Técnica dos Recursos Humanos** para Inovação e a Economia Digital
- d) **Quadro Legislativo**
- e) **Observatório Nacional para a Sociedade da Informação**

2.1. Promoção Empresarial e Ambiente de Negócios

Como já é sobejamente conhecido a situação empresarial e do ambiente de negócios é anémico no país e o sector das TICs não foge à regra.

Muitas empresas fecharam as portas ou tiveram de reduzir as suas atividades ao mínimo.

A principal queixa é de falta de procura, o que se explica, não só pela natureza exígua do nosso mercado, bem como, pela concorrência desigual do próprio Estado.

Para que o país tenha uma economia digital aceitável, é preponderante que um dos principais motores esteja ativo, ou seja o sector privado.

Neste sentido urge medidas governamentais no sentido de revitalizar, as empresas privadas algumas já constantes do programas do Governo, outras que serão apresentadas ao longo deste figurino.

2.2. Infraestruturação do País a nível das TICs

Só faz sentido falar em sociedade de informação com uma economia digital, funcional, se o acesso a conectividade, leia-se internet, seja massificado.

Para isto medidas se impõem tanto para a massificação do acesso ‘a banda larga tanto nos meios urbanos, bem como no meio rural.

Um dos pontos de destaque do programa de Governo é a Banda Larga como bem essencial e propõe-se a criação do Fundo de Acesso Universal à Internet o qual iremos apresentar propostas concretas ao longo deste documento.

2.3. Capacitação Técnica dos Recursos Humanos

Por último, e não menos importante, a capacitação técnica é fundamental e a todos níveis, para poder propiciar procura e oferta a mesmos níveis. Assim sendo a capacitação deverá passar desde o nível mais básico, desde a literacia digital combatendo a infoexclusão chegando a formação a vários níveis no ensino universitário.

2.4. Quadro Legislativo

Para que tenhamos uma economia digital num ambiente de negócio favorável, onde seja claro e transparente onde as empresas e investidores externos possam estar em segurança nos seus investimentos e possam facilmente dirimir eventuais conflitos, convém que o quadro legislativo esteja alinhado de acordo com padrões internacionais.

Assim sendo, segundo o PESI [3], *o processo de modernização do quadro legislativo requer duas ações concertadas.*

Por um lado, o desenvolvimento de nova legislação que responda aos desafios das TICs, por outro lado, a atualização de legislação existente por forma a eliminar bloqueios ao desenvolvimento da Sociedade da Informação e da Governação Eletrónica..., sendo que a Task Force acrescenta a Economia Digital

2.5. Observatório Nacional para a Sociedade da Informação

Não só para o sector público, é necessário um observatório que seja transversal para todo sector das TICs, seja ele publico ou privado.

É necessário conhecer a real situação do país no sector, tais como a literacia, densidade de computadores, senso empresarial, rendimento direto e indireto do sector, em outras palavras saber com precisão o nosso real ponto de partida.

E para isto, aliado ao INE é necessário por de pé o observatório, alias, constantes do programa do governo, para a legislatura.

3. Soluções Propostas

Promover e desenvolver a economia digital, mais não é do que promover o mercado do sector que pode ser representado, de acordo com o diagrama na Figura 1 [4].

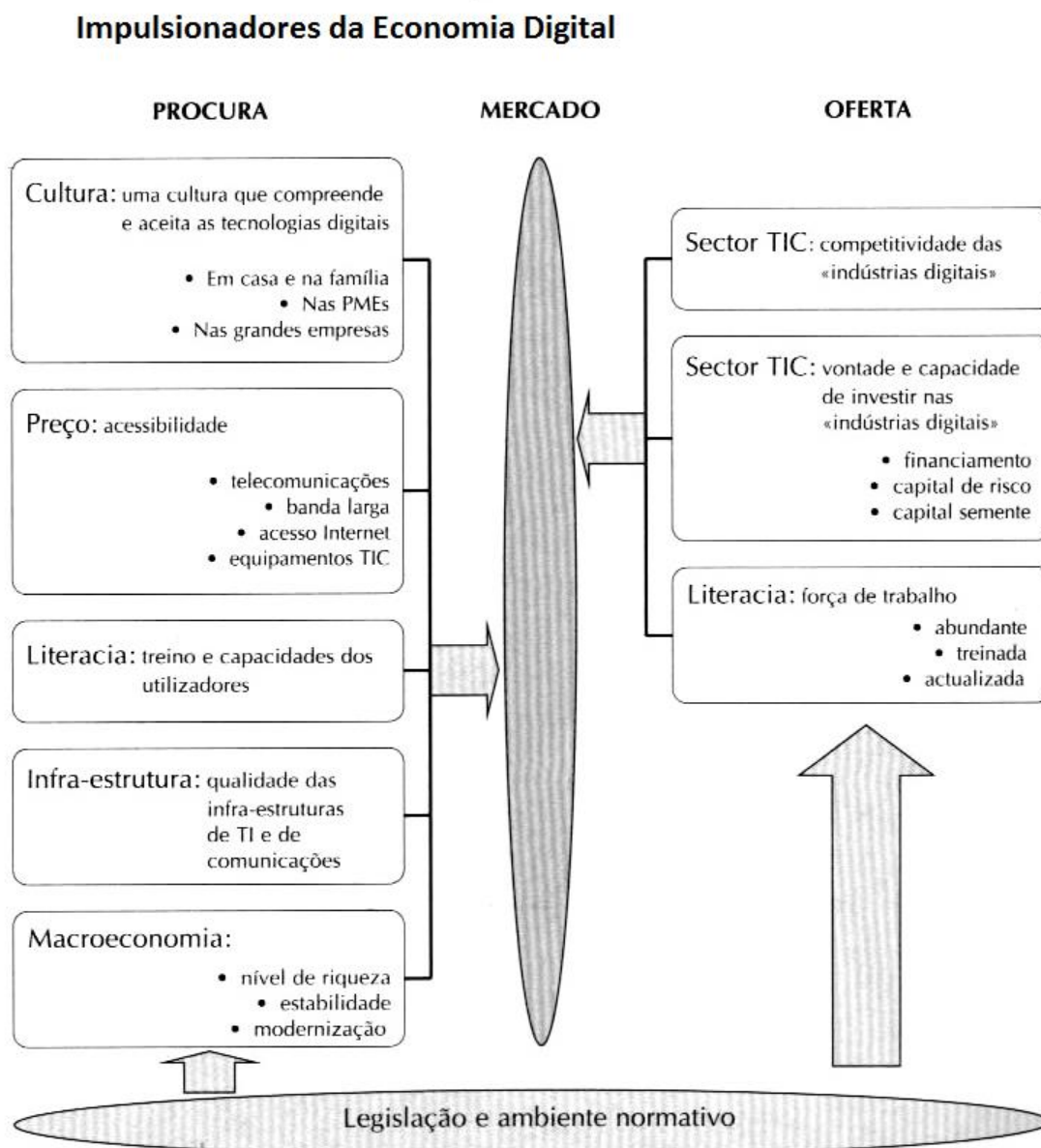


Figura 1 – Diagrama da Economia Digital

Como em qualquer sector da economia, para o impulsionamento e' necessário 4 fatores identificados na Figura 1: A Procura, a Oferta, que resulta num Mercado, onde obviamente são necessárias Regras para um funcionamento pujante, justo e sustentado. Na figura

identificam-se os elementos necessários para que a economia funcione nesse sector específico.

Especificamente para a realidade atual Cabo-verdiana, identificamos as quatro áreas e como se interagem no mercado. O foco das propostas apresentadas neste figurino para o sector das TICs, a saber, a promoção empresarial e ambiente de negócios, à direita na figura, infraestruturização do País a nível das TICs e na acessibilidade, à esquerda, Capacitação Técnica dos Recursos Humanos, com a literacia, tanto no domínio da procura como o da oferta e o quadro legislativo abaixo.

Por conseguinte de seguida, passa-se a expor as possíveis soluções para cada uma das áreas.

3.1. Promoção Empresarial e Ambiente de Negócios

Nova abordagem do cliente Estado na procura de Serviços

O Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSi) encontra-se intrinsecamente ligado à situação atual da situação no país, no concernente ao sector das TICs consequentemente da economia digital no seu todo, tanto nos aspetos positivos, bem como nos aspetos menos conseguidos.

A agora entidade pública empresarial iniciou-se como UC-RAFE (Unidade de Coordenação do programa para Reforma Administrativa e Financeira do Estado) criada pela portaria nº47/98 de 31 de agosto, sendo posteriormente sucedido, pela resolução, 15/2003 de 7 de Julho, por uma Comissão Interministerial para a Inovação e Sociedade da Informação (CIISI), cujo núcleo operacional foi o NOSi que é finalmente convertido em Entidade Pública Empresarial, pelo Decreto-Lei nº 13/2014 de 25 de Fevereiro, transformando-se em NOSi EPE.

Sem sombras de duvidas, vem tendo um papel preponderante no concernente à implementação da governação eletrónica em Cabo Verde, crescimento do sector das TICs, entre os quais permitindo o crescimento profissional de vários quadros Cabo-Verdianos, levando Cabo Verde a estar alinhado com o desenvolvimento tecnológico, permitindo inclusive a instituição e o país ganhar alguns prémios internacionais como foi conseguido com a solução SIGOF - Sistema Integrado de Gestão Orçamental e financeira.

Contudo nos últimos anos, o NOSi, vem sendo visado pelos operadores privados como sendo o principal concorrente, de forma desigual (por ser financeiramente suportado pelo orçamento do Estado), nas melhores oportunidades do mercado, ou seja, as demandas do Estado, principalmente no concernente aos *Software as a Service (SaaS)*, o que faz ainda muito menos sentido, agora que se reconfigurou como entidade pública empresarial.

Pela natural evolução de empresas privadas do sector da TICs, mormente em países não industrializados, *SaaS*, configura-se como o principal Produto/Serviço, oferecido pelas mesmas, e o que propõem é ter igualdade de oportunidade.

Proposta:

Neste sentido, e aliada à missão do NOSi EPE, contantes dos seus estatutos:

O NOSI tem por missão colocar o cidadão no foco do serviço público, participar na modernização da sociedade e do crescimento económico.

Bem como ao seu objeto social, onde se destaca as alinhas:

g) Participar na promoção da sociedade de conhecimento

h) Participar na promoção do empreendedorismo e desenvolvimento empresarial

Propõe-se que de uma forma gradual, permita-se a entrada dos privados, onde estes tenham valências.

Melhor explicando, dentro do objeto social do NOSi, numa primeira fase, a empresa preferencialmente deveria abster-se de desenvolvimentos no concernente a soluções *SaaS* funcionando, como interface entre o Estado e os privados.

Os colaboradores afetos à área de desenvolvimento deverão ser reajustados por exemplo:

- 1- Estudos, modernização, e determinação das standardizações e interoperabilidade da Rede do Estado.
- 2- Organização dos cadernos de encargos e lançamentos os concursos
- 3- Testes e integração na rede do Estado as soluções
- 4- Júris das propostas
- 5- Equipes de desenvolvimentos para projetos especiais, urgentes, ou quando não há resposta do sector privado.

3.2. Infraestruturação do País a nível das TICs

A nível de infraestruturação, apesar do relativo avanço do país na governação eletrónica, nos meios digitais de pagamento, no acesso à Internet móvel, o acesso ‘a Internet de Banda Larga ainda não e’ uma realidade no país, e tanto no meio empresarial como no cidadão comum. Continuamos a ter uma oferta deficitária e relativamente cara para a maioria da população. Para colmatar este défice, identificamos algumas medidas e infraestruturas que devem ser criadas para combater esse défice, em que apresentamos a seguir.

3.2.1. Banda Larga como Bem Essencial

Neste quesito essencial por razões já sobejamente discutidas e conhecidas, são identificadas 4 medidas de fundo para o acesso e a preços comportáveis em todo o país sem distinção:

- a) Nas zonas rurais, disponibilização do acesso em locais remoto, com a tecnologia, WAN, utilizando o acesso rádio e redes de fibra ótica do Estado.
- b) Nas zonas urbanas, aposta no *fiber to the home* (FTTH), com exigências legais nas novas urbanizações e projetos para as já existentes.
- c) Tarifas Planas
- d) Dedução fiscal com despesas com a internet

Para se conseguir os desideratos acima, será com a constituição do Fundo de Acesso Universal para a Internet (FAUI), constante do programa do Governo, que será um fundo, proveniente da contribuição de parte dos lucros das operadoras, do Orçamento do Estado e da cooperação internacional.

3.2.2. IXP Nacional

Como é sabido, a Internet é o resultado de um empreendimento coletivo que integra milhares de redes espalhadas pelo mundo. Cada uma destas redes é na verdade um conjunto de computadores e outros equipamentos interligados e capazes de comunicar entre si usando uma linguagem comum, o protocolo IP (*Internet Protocol*).

A proposta de criação de uma IXP nacional, que inclusivamente consta do programa do governo, vem na sequência do que acontece em outros países e assenta-se nos benefícios que o acesso a essa facilidade traz na melhoria do **tráfego Internet nacional**, tanto a nível de rapidez como na robustez e ao menor custo.

Basicamente, uma IXP [5] é um ponto físico central, que permite que redes se interliguem diretamente, mitigando a latência (atraso) e otimizando a utilização da largura de banda, uma vez esta infraestrutura permite que o tráfego entre dois pontos da Internet e que poderia precisar de percorrer muitas máquinas ligadas à Internet, possa assim percorrer um caminho mais curto e mais controlado.

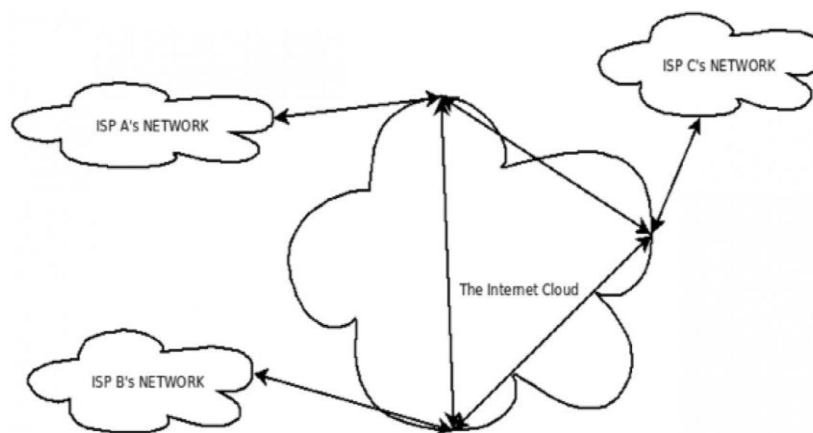


Figura 2 – Interligação de 3 ISP (Redes/Operadoras nacionais), de forma ordinária

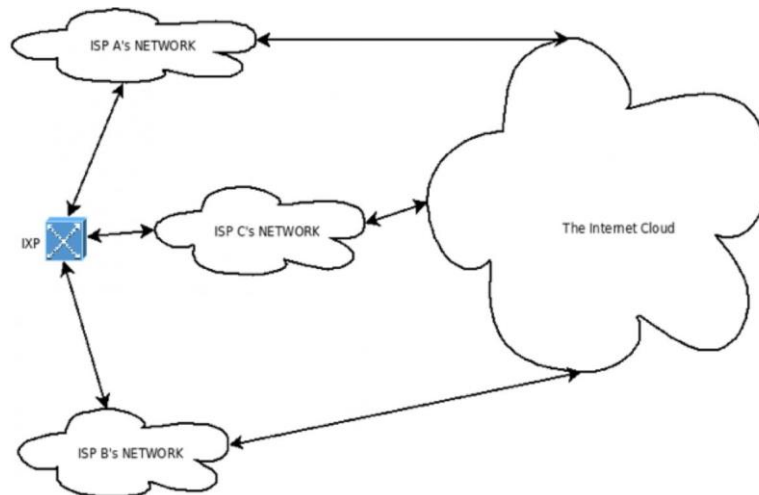


Figura 3 – Interligação de 3 ISP (Redes/Operadoras Nacionais) através de uma IXP

Implementação

A sua implementação e eficiência, requer requisitos básicos que deverão ser garantidos, como um acesso local eficiente. Sua implementação necessita basicamente de uma *Switch*, *Facilities* (um bastidor), acesso direto à rede das operadoras nacionais (e outras redes nacionais) e fornecimento de energia contínua e de forma eficiente.

A nível nacional temos já há infraestruturas para sua implementação física, ficando a faltar um estudo de dimensionamento para os equipamentos. As *Facilities* existentes nas operadoras ou na entidade que gere a rede de estado poderão assegurar condições de implementação.

Modelo de Gestão Operacional

O modelo de gestão operacional, à semelhança do que acontece com infraestruturas similares, podem ser através das seguintes categorias institucionais:

- Uma empresa, ligada Operadora de Telecomunicações;
- Uma empresa, independente das operadoras de comunicação;
- Agência Governamental ou Universidade;
- Organização independente não-lucrativa – Associação de Redes Nacionais por exemplo;

O país está organizado institucionalmente por forma a encontrar o melhor modelo. Sugere-se pela natureza tecnológica desta infraestrutura, que o modelo de gestão seja ligado a uma entidade vocacionada para tecnologia.

Eficiência

A eficiência de uma IXP está intrinsecamente ligada a dois grandes fatores, que são:

- Implementação e operação eficiente da infraestrutura;
- Constrangimentos locais como acesso universal e contínuo com largura de banda;

3.2.3. Centro Nacional de Cibersegurança

Um Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS) é uma estrutura com meios vocacionados para a prevenção e resposta a ciberataques, que ponham em causa o normal funcionamento dos organismos do estado e infraestruturas críticas nacionais, bem como com tudo relacionado com a Internet. Um Centro Nacional de Cibersegurança é uma espécie de Polícia Nacional, onde o “espaço” público é o espaço Online, ou a Internet.

Um centro nacional de cibersegurança contribuirá para o normal funcionamento da Internet, com resposta e prevenção a ciberataques, através de uma coordenação eficiente entre as partes interessadas, e dará suporte seguro a um novo mercado associado à economia digital (Banca, venda de bens e serviços) e funcionamento institucional, cada vez mais digital e *online*.

Pela sua natureza intrínseca, os aspetos de cooperação interna e transnacional são fulcrais para sua eficiência em dar resposta a cibercrimes. Na sua vocação, para além da parte operacional, mais voltada para resposta a incidentes, incluem-se sensibilização e prevenção, bem como o de investigação e desenvolvimento tecnológico no ramo.

3.3. Capacitação Técnica dos Recursos Humanos

No que concerne à capacitação dos recursos humanos vocacionados para a ED, e’ essencial haver uma competência numa entidade estatal que promova a criação incubadora de empresas, de centros de prestação de serviços e a interação continua com as universidades Instituições de I&D para adaptação de currículos e ofertas de formação adequadas a inovação e as necessidades do mercado.

A existência de um projeto para a implementação de um Parque Tecnológico, devera’ ter uma componente focada nesse aspeto, em que propomos a criação de Centro Empresarial, eventualmente na dependência do Parque, vocacionado para a incubação e promoção empresarial, em que as TICs seriam um dos sectores privilegiados. Criação de institutos e Centros de Investigação e Desenvolvimento com a finalidade apoiar as empresas, através de incentivos e fundos para a promoção de projetos comuns é outra das medidas que propomos relativamente à política associada ao Parque Tecnológico.

Uma vez que o parque esta’ em fase de projeto para posterior implementação, tais medidas afiguram-se com necessidade imediata, devendo as estruturas do MEE antecipar essa política com o apoio a centros atualmente existentes ou promover seu desenvolvimento, nomeadamente com iniciativas público-privadas.

A promoção de Bolsa Emprego afigura-se como mais um exemplo de uma política de promoção à capacitação e ao emprego.

3.4. Quadro legislativo

No concernente ao quadro legislativo claro, transparente e alinhado com as melhores práticas internacionais, fator catalisador de confiança para investimentos, tanto nacional como estrangeiro, é de todo essencial modernizar ou criar as seguinte normativas ou legislação:

-Desenvolvimento de infraestrutura de banda larga, segura e interoperável (por exemplo, a obrigatoriedade de todas as novas infraestruturas físicas, sejam estradas ou prédios de certo perfil, incluïrem infraestrutura básica de suporte à banda larga);

-Aprofundamento da atual Lei de comércio eletrónico, tendo em vista, entre outros aspetos, a criação de uma entidade certificadora;

-Elaboração e aprovação de uma Lei das Comunicações Eletrónicas;

-Criminalidade eletrónica (em todas as suas vertentes de criminalidade comercial e de uso indevido no que se refere a práticas socialmente condenáveis)

-Proteção de dados;

-Privacidade;

-Segurança (em todas as suas vertentes tecnológicas);

3.5. Observatório Nacional para a Sociedade de Informação

Propomos a criação de um Observatório, que entre outras funções devesse levar a cabo um estudo para a indicação do estado das TICs em Cabo Verde. O estudo devesse ter 3 vertentes, que especificam a seguir:

Economia Digital

Indicação do estado da economia digital no país com maior informação possível em termos numéricos bem como referências das fontes a cada informação prestada no documento

- Contribuição em termos do PIB;
- Empresas existentes, suas tipologias e serviços que prestam, principais recebedores (clientes);
- Valores em exportação;
- Fiscalidade, e o seu impacto no crescimento das empresas;
- Apoios existentes, direto e indireto por parte do estado e/ou outras entidades, tais como financiamento, bolsas e etc..

Infraestruturação efetiva do País em termos das TICs

Indicação do real estado da arte do País em termos de infraestruturação relativamente as TICs.

- Penetração da Internet, no geral e por sector/tipo de entidades
 - Serviços do estado
 - Serviços prestados pelos privados, nomeadamente comerciantes
 - Escolas e Universidades, públicas e privadas
 - Por Ilhas e por municípios
 - Casas/lares da família
- Qualidade da internet (em termos de largura de banda) em consonância com seus custos e poder de compra das populações
- Serviços disponíveis, tais como ADSL, Fibra, Internet Móvel (3G/4G)
- Infraestruturação de Suporte como em termos Armazenamento, *Data Center*, *IXPs*, e seu suporte interno no uso das TICs, pelo estado e as populações no geral

Capacitação Técnica e Recursos Humanos

Dar uma perspetiva dos recursos humanos nas TICs, em termos de formação –

- Universidades e cursos, áreas de formação no final do curso
- Capacitação e treinamento – existências de centros de competência, incubadoras de empresas, etc..
 - Para integração no mercado laboral pleno
 - Capacidade empreendedora
- Parcerias Universidade e Entidades I&D - Empresas e centros de prestação de serviços para promoção da inovação e capacitação de acordo com as necessidades do mercado de trabalho
 - Programas existentes e seus resultados

4. O novo figurino para a Economia Digital

De acordo com as medidas descritas, por forma a ter os instrumentos legais para a determinação das políticas e diretrizes, criar ou reorganizar um organismo governamental para a Economia Digital.

Este organismo deverá estar na dependência direta do Ministro da Economia e deverá fazer a coordenação público-privado com os diferentes *stakeholder* do sector.

Na figura 3 (ver pág. seguinte) temos o diagrama elucidativo do que se propõe pelo que passa-se a sumarizar as competências do organismo:

Descrição das competências do Organismo Governamental para a ED

- **Unidade de Gestão de concursos Públicos**

Trata-se de uma competência, onde em estreita articulação com o Governo e outras entidades Públicas (NOSi por exemplo), passa a gerir as demandas do estado transformando-os em oportunidades para o sector privado

- **Fundo de Acesso Universal à internet**

Competência para a gestão do fundo, em estrita articulação com a entidade reguladora a ANAC.

- **Unidade Implementação IXP**

Será uma competência, equivalente a um projeto especial, onde a parceria público privado será imprescindível

- **Centro Nacional de Cibersegurança**

Competência, que exigira transversalidade, entre demais ministérios, destacando a administração interna e a da justiça

- **Parque Tecnológico**

Partindo da situação avançada da implementação do parque tecnológico, esta competência deverá ser encadeada com os demais *stakeholders* no sentido da implementação efetiva e posterior exploração e resultados

- **Quadro Legislativo**

Competência para o aceleramento e modernização da legislação vigente, em estreita articulação com a entidade reguladora

Proposta de um Novo Figurino para a Economia Digital
(Capítulo 3)

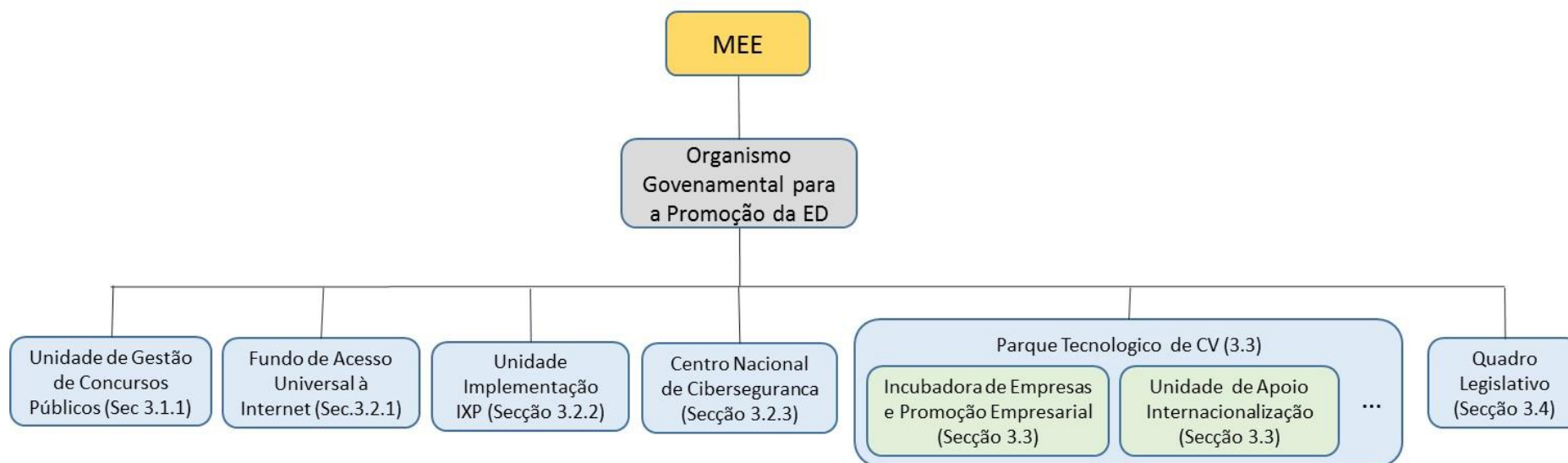


Figura 4 – Organigrama do Novo Figurino para a Economia Digital

Referências

- [1] Termos de Referência (*Draft*), *Organização e Alinhamento de um figurino para a promoção e desenvolvimento da Economia Digital e das Tecnologias de Informação e Comunicação em Cabo Verde*, Gabinete do Ministro, Ministério da Economia e Emprego, Julho 2016
- [2] Programa do Governo para a IX Legislatura 2016-2021, Secção 3.2.9, “Novo Modelo de Crescimento Económico - Prosperidade Para Todos”
- [3] (referência ao doc. PESI)
- [4] Eduardo J.C. Beira- Dissertação Economia Digital
- [5] <http://www.ixptoolkit.org/content/what-are-ixps> (do Organismo *Internetsociety.org*)

Anexos – Atas/Memo de Reuniões

Memo

Título: Kick-off Meeting

Local: MEE

Data: August 15, 2016

Participantes:

Nome	Entidade Associada
Carlos Monteiro	Coordenação
Vladimir Fonseca	MEE, Assessor
Joao da Luz	ANAC
Antão Chantre	SISP
Valdemar Monteiro	Consultor, Investigador Sênior em Telecomunicações

1. Abertura e enquadramento (Coordenador, Carlos Monteiro)
2. Como Kick-off, apresentação dos participantes
 - a. Carlos Monteiro, Coordenador, Eng. Telecomunicações
 - b. Vladimir Fonseca, MEE, vogal, representante do MEE, Eng. Industrial
 - c. João da Luz, ANAC, Eng. Telecomunicações
 - d. Antão Chantre, Eng. Informático Especializado em Segurança Informática
 - e. Valdemar Monteiro, Eng. Telecom, Doutorado pela Universidade Kingston, Londres, Investigador I&D Sênior
3. Overview do TdRef, pelo MEE (Vladimir Fonseca)
 - a. Problema
 - b. Reformas propostas, tendo tb como base Programa do Governo
4. Objetivo
5. Proposta de novas datas para os docs de Outputs
 - a. 16/08 para Relatório Intercalar
 - b. 23/08 para o relatório final (a depender do *feedback* do Ministro em relação ao relatório intercalar)
6. Data de novas reuniões serão propostas, com vista a agendamento de reuniões/encontros com *Stakeholders* para obtenção de informações pertinentes aos objetivo

Reuniao: SISP

Local: SISP, Achada Sto. Antonio

Participantes:

Nome	Entidade Associada
Carlos Monteiro	Coordenador TFED
Antão Chantre	SISP (DG)
Evalda Monteiro	Tecnico (SISP)
Gaudencio Fernandes	Tecnico (SISP)
Valdemar Monteiro	Vogal (Consultor)

Memo:

1. Apresentacao dos participantes e introducao do Task Force Economia Digital (TFED) – (CM).
Enquadramento do TFEC, missão: Promoção e desenvolvimento da Economia Digital e das TICs em CV (CM).
2. Apresentação da SISP (AC)
 - a. Seu aparecimento e enquadramento evolutivo
 - b. Estrutura
 - c. Servicos que disponibiliza
3. Apresentação da Rede Vinti4
4. Apresentação da rede de POS e das potencialidades além dos pagamentos com cartões, poderá ser utilizado na estratégia de governação electrónica, sabendo que em Cabo Verde existe 1 POS para cada 90 habitantes.
5. Apresentação do projecto de montagem de POS em Cabo Verde em coordenação com universidades cabo-verdianas e/ou empresas de IT
6. Apresentação do Centro de produção de cartões, certificado pela Visa e Mastercard, mostrando a sua potencialidade para outros servicos, eventualmente produção de cartões do cidadão
7. Disussao
 - a. Precupacoes relacionadas respostas a crimes/tentativas a Ciber Crimes

Reunião: Visita ao NOSI

Local: Sede NOSI, Várzea

Data: 12/08/2016

Duração: 2:30H

Participantes:

Nome	Entidade Associada
Antonio Fernandes	NOSI (CEO)
Carlos Monteiro	Coordenador TFED
Vladimir Fonseca	Assessor (MEE)
Joao da Luz	Vogal (ANAC)
José Moreno	Vogal (Is-One)
Arlinda Peixoto	Vogal (Is-One)
Valdemar Monteiro	Vogal (Consultor, IT Aveiro)

Memo:

1. Apresentação dos participantes e introdução do Task Force Economia Digital (TFED) – (CM).
2. Enquadramento do TFEC, missão: Promoção e desenvolvimento da Economia Digital e das TICs em CV(CM).
3. Apresentação do NOSI enquanto Entidade Pública Empresarial EPE (AF, NOSI)
 - a. Seu aparecimento e enquadramento evolutivo
 - b. Estrutura
 - c. Serviços que disponibiliza
 - d. Plataformas que tem desenvolvido
 - e. Visão da empresa e sua estruturação para o negócio das Tis e exploração do *Data Center* da Achada Grande.
4. Breve apresentação do projecto Parque Tecnológico (AF, NOSI)
 - a. Projecto, sua implementação física e modelo de gestão
 - b. Extensão posterior com uma Vila Tecnológica
 - c. NOSI como entidade escolhida para gestão do parque
5. Discussão
 - a. Apresentação das preocupações do tecido empresarial privado ligado às TICs em relação aos negócios das TICs do Estado, num quase monopólio por parte do NOSI (CM).
 - b. Possíveis soluções para este estrangulamento (AF, CM, AF, JM, VF, JL e VM)
 - i. abertura/cedência de negócios da NOSI para os privados, de acordo com a capacidade de resposta das empresas. Foi identificado que a nível do *Software as a Service* (SaaS) como ponto de partida, estando em discussão em aberto.
 - c. Políticas de uso de *Software* Proprietário vs *Open Source* (CM)
 - i. O NOSI já iniciou um estudo nesse sentido (AF)

Reuniao: **Comissário CEDEAO**

Lugar: Sede MEE, Achada Sto António, Praia

Data: 09/09/2016

Participantes:

Nome	Entidade Associada
Isaías ...	Comissário TICs da CEDEAO
Carlos Monteiro (CM)	Coordenador TFED
Vladimir Fonseca (VF)	Vogal, MEE
César Silva (CS)	Vogal, Empresário TICs
João da Luz (JL)	Vogal, ANAC
Arlinda Peixoto (AP)	Vogal, Empresário TICs

Memo:

1. (CM) Apresentação dos participantes e introdução do Task Force Economia Digital (TFED).
Enquadramento do TFECe sua missão
Interesse nos *Inputs* de uma visão mais regional das TICs em termos de potencialidades do mercado.
2. (Isaías ...) Apresentação do Sr. Comissário e sua visão das TICs, a nível global e a nível regional. Na sua visão global o comissário aponta 4 pontos para o foco
 - a. Promoção do empreendedorismo de base tecnológico
 - b. Marketing tecnológico do país como estratégia nacional
 - c. Segurança informática nacional
 - d. Regulação voltada para a promoção de: avanço tecnológico do país e dinâmica do mercado
3. Discussão
 - a. (CS, IP, AP, CM) Potencialidades efectivas do mercado da CEDEAO?
 - b. Há potencialidades passíveis de serem exploradas num mercado mais amplo da CEDEAO:
 - i. Ainda que com poder de compra relativamente reduzido a nível populacional, a CEDEAO caracteriza-se por alguma riqueza regional possui e um grande poder de crescimento;
 - ii. A nível do cliente estado, pode-se encontrar ali um grande parceiro comercial a nível das TICs (governança electrónica, ensino, etc), incluindo a exploração do Data Center nacional;
 - iii. Dificuldade das PMEs em entrar nesse círculo/mercado, uma vez que têm ido algo desprotegidos.
 - iv. Representação diplomática local deficiente, em proporção do que este mercado poderá representar
4. Em termos gerais, ficou a ideia de que a CEDEAO constitui um mercado regional em que a atenção que se tem dado ainda não explora o potencial que poderá representar, e requer uma estratégia mais integrada da para se traduzir num mercado importante para o país, para as TICs, e não só.

Reunião: **Operadora, Cabo Verde Telecom**, sede CVT, Várzea

Data: 23/08/2016

Participantes:

Nome	Entidade Associada
José Luís Livramento (JLL)	CVT, PCA
Rui Fortes (RF)	CVT, Admin
Carlos Monteiro (CM)	Coordenador TFED
João da Luz (JL)	Vogal TFED, ANAC
César Silva (CS)	Vogal TFED, Empresário TICs
José Moreno (JM)	Vogal TFED, Empresário TICs
Arlinda Peixoto (AP)	Vogal TFED, Empresário TICs
Selma Neves (SN)	Vogal TFED, NOSI
Valdemar Monteiro	Vogal TFED, Consultor IT

Memo:

1. (CM) Apresentação dos participantes e introdução do Task Force Economia Digital (TFED).
Enquadramento do TFED, missão: Promoção e desenvolvimento da Economia Digital e das TICs em CV (CM).
2. (JLL) Apresentação da CVT e seu enquadramento enquanto maior operador de Telecomunicações;
 - a. Abordagem do novo contrato concessão do Estado com a CVT na exploração da infraestrutura de telecomunicações do Estado; Situação da Empresa relativo ao contrato inicial de concessão e renegociação com o Estado devido à abertura de mercado concorrencial em 2005 e posterior reunião da comissão de renegociação em 2012;
 - b. Menção às infraestruturas existentes para o acesso cablado, interno e internacional;
 - c. (JLL/RF) Preocupações da CVT: i) abordagem do Estado para o licenciamento do 4G – reserva da CVT relativamente a leilão; ii) Estado como cliente e *player* através da NOSi; Regulação tem algum entrave na expansão da rede cablada por fibra para os clientes finais;
 - d. Propõe nova abordagem sintonizada envolvendo a CVT, NOSi e o Regulador;
3. Discussão
 - a. (CM) Qual a visão da CVT como principal operadora, na proposta do assunto do Acesso Universal (IXP, colaboração com privado na extensão do acesso)
 - b. (CM) Abertura da CVT no *sharing* de infraestruturas com PMEs TICs, enquadrado no Fundo de Acesso Universal à Internet.
 - c. (JM) CVT como *big player* e com controlo no sector. Sugere-se possibilidade de identificar áreas em que possa abrir espaço para privados com ganhos para todo o sector;
 - d. (AP) Abertura da CVT, na nova administração, para parcerias com privados na criação/exploração de conteúdos;
 - e. (JLL/RF) Limitação do mercado como condicionador da oferta e preços
4. Ficou acordado nova reunião de acordo com avanços das propostas da TFED

Reuniao: **Operadoda de Telecomunicações T+**

Lugar: Sede da T+, Achada Sto António, Praia

Data: 08/09/2016

Participantes:

Nome	Entidade Associada
	T+, CEO
Carlos Monteiro (CM)	Coordenador TFED
César Silva (CS)	Vogal, Empresário TICs
João da Luz (JL)	Vogal, ANAC
Arlinda Peixoto (AP)	Vogal, Empresário TICs

Memo:

1. (CM) Apresentação dos participantes e introdução do Task Force Economia Digital (TFED).
Enquadramento do TFEC, missão: Promoção e desenvolvimento da Economia Digital e das TICs em CV (CM)
Interesse também em ouvir *players* em particular os com interesses e responsabilidades no mercado
2. (T+) Apresentação da T+, e seu envolvimento do país particularmente no sector das TICs;
 - a. Acredita que há condições para parcerias com PMEs, em vários domínios, especial na produção de conteúdos;
 - b. A empresa já colabora com universidades e ADEI no *training* e capacitação de mão de obra, através de programas específicos com cada uma dessas entidades;
 - c. Propõe nova abordagem relativamente ao acesso às infra-estruturas pelas operadoras;
3. Discussão
 - a. (CM) Qual a visão/soluções da T+ relativamente a oportunidades para o sector, nomeadamente colaboração com PMEs, e também relativamente contrato de concessão de exploração das infra-estruturas do estado para com uma operadora;
 - b. (T+) Em relação à visão nas oportunidades em conjunto com PMEs, acredita que há potencialidades e que haverá oportunidades, em particular na produção de conteúdo, até a nível internacional. Acredita que o DataCenter montado é um grande contributo nesse sentido.
 - c. Mantém no entanto ressalva relativamente às infra-estruturas de acesso – Falta ainda o acesso generalizado à banda larga como garante;
 - d. Acreditam que com nova abordagem no modelo de concessão, haverá mais condições gerais para o acesso;
A visão da T+ é que independentemente do modelo que for seguido, deverá haver uma separação estrutural na empresa que gera a infra-estrutura da que comercializa serviços a retalho.

A T+, na pessoa da representante, ficou de colaborar com a TFED nesse sentido, apresentando um relatório/*benchmarks* de possíveis modelos de concepção – Data provável será meados de Outubro.